

RECEBI O ORIGINAL  
Em: 28/02/21  
EVERTSON LIMONCE



AMAZONAS  
GOVERNO DO ESTADO

IPAAM  
FL N° 66  
ASS. mm

## LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 356/18-01

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

**INTERESSADO: J dos S Gomes - Me.**

**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:** Av. Rio Negro, nº 01, São Judas Tadeu, Santa Izabel do Rio Negro-AM.

**CNPJ/CPF:** 10.245.913/0001-21

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 05.321.798-5

**FONE:** (92) 99161-1902

**FAX:** (92) 3232-8249

**REGISTRO NO IPAAM:** 0801.0119

**PROCESSO Nº:** 2259.2018

**ATIVIDADE:** Lavra de areia em leito de rio, pelo método de dragagem com classificação e concentração física.

**LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE:** Leito do Rio Negro, coordenadas geográficas: P1- 00° 28' 08,93"S e 64° 44' 22,89"W; P2- 00° 27' 55,25"S e 64° 44' 01,95"W ; P3- 00° 27' 56,87"S e 64° 44' 00,80"W; P4- 00° 28' 10,95"S e 64° 44' 22,29"W, conforme processo **DNPM 880.022/2018**, em Barcelos-AM.

**FINALIDADE:** Autorizar a lavra de areia e seixo pelo método de dragagem numa área de 4,8211 ha.

**POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR:** Grande

**PORTE:** Médio

**PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA:** 01 ANO.

### Atenção:

- **Esta licença só terá validade após expedição do título de lavra do ANM**
- Esta licença é composta de 21 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).
- Em caso de reprodução desta, deverá ser de forma integral (frente e verso)

Manaus-AM, 19 FEV 2021

  
Maria do Carmo Neves dos Santos  
Diretora Técnica

  
Juliano Marcos Valente de Souza  
Diretor Presidente

## RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 356/18-01

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 2259.2018**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. A extração mineral fica restrita aos limites da área Licenciada junto ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, conforme planta de situação contida nos autos e só poderá ser efetuado no leito do rio, ficando expressamente proibida em suas margens e na área de preservação permanente, estabelecida na legislação vigente;
8. Segregar, acondicionar, armazenar, transportar e dar destinação ambientalmente adequada aos resíduos oriundos da atividade de acordo com a Lei 12.305/2010 e NBR 10.004/2004, devendo manter em arquivo o registro de movimentação dos mesmos.
9. Proteger a flora e a fauna conforme estabelecido na Lei n.º 5.197/67;
10. Realizar tratamento acústico para redução dos ruídos gerados pelo conjunto “moto-bomba” utilizado no processo de dragagem do seixo/areia;
11. Paralisar imediatamente a atividade, quando da verificação de vestígios arqueológicos, históricos ou artísticos, na área de influência direta e/ou indireta do empreendimento e comunicar ao IPHAN e ao IPAAM.
12. Cada balsa e draga ou par de máquinas deve ter uma placa de identificação contendo o número da licença do IPAAM, da licença do DNPM, nome do proprietário e inscrição ou registro na Capitania dos Portos e prazo da licença ambiental;
13. Adotar imediatamente, em caso de acidente que envolva a atividade (área de lavra, balsas e rebocadores) as medidas que visem sanear tais irregularidades e informar imediatamente ao IPAAM.
14. Os equipamentos flutuantes utilizados no processo de lavra mineral devem possuir sinalização noturna, e sua disposição, ao longo do rio, deve estar distribuída em conformidade com as normas de segurança da navegação e da Autoridade Marítima.
15. Apresentar o Certificado do Cadastro Técnico Federal – CTF, atualizado quando da renovação da Licença;
16. Apresentar na solicitação de renovação da Licença, relatório de desenvolvimento da atividade desenvolvidas no empreendimento, de acordo com Plano de Controle Ambiental - PCA acompanhado da ART do profissional responsável pela elaboração.
17. Apresentar o cadastro da atividade atualizado, quando da renovação da Licença no item volume de exploração em m<sup>3</sup>/ano.
18. Transportar a substância mineral acompanhada da cópia da Licença de Operação